

| 827 | AGRICULTURA URBANA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, MODOS DE VIDA E CONFLITOS

Samuel Henrique Damas Marinelo, Sandra Maria Fonseca da Costa, Leonardo Freire de Mello

Resumo

Em relação às mudanças de conteúdo das áreas urbanas brasileiras, o professor Milton Santos (1997) esclarece que essas áreas não podem ser tratadas como áreas homogêneas, onde a população residente deva ser enquadrada em um só modelo de plano urbano. Localizada no município de São José dos Campos, São Paulo, a área de estudo dessa pesquisa revela uma situação particular: moradores regulares do Altos de Santana, bairro urbano da Zona Norte da cidade, conservam características tradicionais do campesinato, desenvolvendo o plantio de hortas urbanas num recorte da Área de Proteção Permanente do Rio Paraíba do Sul. Para esta mesma área intervenções urbanas estão previstas, pautadas num projeto da administração municipal vigente que prevê a implantação de um parque urbano, denominado Parque da Orla do Rio Paraíba do Sul, o qual promoverá a retirada das hortas cuidadas pelos moradores agricultores. Ao ser instalado o parque, as propostas de melhoria da qualidade de vida da população residente em suas proximidades, no que tange aos assuntos ligados direta e indiretamente a agricultura urbana, serão alteradas, o que pode gerar conflitos entre as partes interessadas no uso da área. Assim, a presente pesquisa pretende apresentar a visão que os “moradores agricultores” urbanos possuem de suas práticas, a visão do poder público e os possíveis conflitos que a utilização do lugar pode gerar. Defendemos a ideia de que a população local tenha assegurados os seus direitos de desenvolver a agricultura urbana, atividade topofílica que ajuda a definir identidades socioculturais rurais coexistentes nesse recorte espacial urbano.

Palavras-chave: agricultura urbana, modos de vida, conflitos, planejamento urbano.

1. Introdução

Dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) explicitam que, do total populacional do Brasil, que é de, aproximadamente, 191 milhões de habitantes, cerca de 161 milhões residem em áreas urbanas, enquanto que os outros 30 milhões mantêm residência em áreas consideradas rurais, representando respectivamente, 84,5% e 15,5% do total populacional do país. Se pesquisados os mesmos dados referentes a década de 1960, tem-se outra visualização da distribuição populacional do país, já que do total da população, que margeava os 71 milhões, a população urbana contabilizava aproximadamente 32 milhões de habitantes e a rural 39 milhões, ou seja, um percentual de 45% de habitantes das áreas urbanas e 65% de moradores das localidades rurais (IBGE, 2012). Observa-se que além de um crescimento populacional intenso, o Brasil, em cinco décadas, passou por um processo de reorganização da ocupação do espaço, onde as áreas urbanas tiveram um inchaço populacional e as rurais experimentaram o fenômeno do êxodo.

Para organizar esses movimentos e o conseqüente inchaço urbano promovido por esses contingentes populacionais, as políticas públicas, herdadas do que Topalov chamou de movimentos de reformas urbanas do final do século XIX e início do século XX, sugeriam que “a sociedade e a cidade, como objetos de ação racional, propusessem nos movimentos de reforma o preparo e surgimento das políticas sociais e urbanas modernas, cujas conseqüências marcam profundamente nosso tempo” (Topalov, 1996, p.24). Desse modo, essas políticas públicas passaram a ser desenvolvidas com vias à criação de legislações e desenvolvimento de mentalidades a respeito da formação das cidades, o que, para Vainer, obrigou essas políticas a escolher, de forma explícita ou implícita, um modelo ideal de cidade fundado em planos urbanos que podem ser representados, em suas palavras, por “um embate entre duas utopias urbanas: onde de um lado tem-se a utopia da cidade-empresa, da cidade mercadoria, da cidade negócio e de outro lado tem-se a utopia da cidade democrática” (Vainer, 2003, p.27).

Vainer (2003) explica que o primeiro modelo está pautado na promoção de cidades globais, onde o fomento e crescimento urbano são regulados por representantes particulares e individuais (firmas) que direcionam o modelo de cidade para se adequar ao mercado de capitais mundiais, produzindo equipamentos urbanos ligados às demandas da economia global, da competitividade internacional, muitas vezes vinculados a um marketing urbano. No segundo modelo, dirigido pela política, preconiza-se a “formação” de cidadãos que ao se constituírem, constroem a cidade, não defendendo uma adequação aos modelos ligados ao desenvolvimento do capital.

É necessário salientar que nesses planos de urbanização de cidades, quase sempre as características gerais da população em questão não são consideradas, tampouco é desenvolvido qualquer estudo que tenha por objetivo mínimo detectar áreas que supostamente não estejam ligadas ao processo modernizador das cidades, mas que mantêm identidades ou desenvolvem vínculos entre os moradores e seu entorno.

O professor Milton Santos ao comentar a mudança de conteúdo das regiões urbanas e agrícolas alertou que “essa nova região urbana compreende, também, por contigüidade, as áreas que não são diretamente tocadas pelo processo modernizador e podem, desse modo, manter aspectos tradicionais ou arcaicos no interior de uma zona motora” (Santos, 1997, p. 69). Ou seja, áreas urbanas não podem ser tratadas como áreas homogêneas, onde a população residente deva ser enquadrada em um só modelo de plano urbano.

Nesse sentido, apresenta-se nesse artigo, uma área, localizada na cidade de São José dos Campos, onde moradores do bairro Jardim Altos de Santana, situado na Zona Norte, conservam características tradicionais de campesinato¹, desenvolvendo o plantio de hortas urbanas numa Área de Proteção Permanente (APP) que margeia o Rio Paraíba do Sul, área esta prevista para ser alterada por meio de um projeto da administração municipal vigente que prevê intervenções de urbanização para criação de um parque urbano, denominado Parque da Orla do Rio Paraíba do Sul, que para ser instalado deverá promover a retirada das hortas urbanas, cuidadas pelos moradores agricultores, o que pode gerar conflitos entre as partes interessadas no uso da área.

Santandreu e Lovo afirmam que

“a agricultura urbana é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades”. (Santandreu e Lovo, 2007, p.5)

Assim, verifica-se que, uma vez instalado o parque, as propostas de melhoria da qualidade de vida da população, no que tange ao assunto ligado direta e indiretamente a agricultura urbana, serão afetadas, o que poderá gerar conflitos.

Considerando esses aspectos, esse artigo pretende apresentar a visão que os “moradores agricultores” urbanos possuem de suas práticas, a visão do poder público e os possíveis conflitos que a utilização do lugar podem gerar. Defendemos a ideia de que a população local tenha assegurados os seus direitos de desenvolver a agricultura urbana,

¹ Aqui adota-se a definição de Wanderley que entende campesinato como “uma maneira mais restrita, uma forma social particular de organização da produção. (...) uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. (...) que se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica”. (Wanderley, 2004, p. 45)

atividade topofílica que ajuda a definir identidades socioculturais rurais coexistentes nesse recorte espacial urbano.

Para desenvolver a análise empírica acerca das práticas de agricultura urbana tornou-se necessária uma análise de legislações, diretrizes, parâmetros e programas relacionados ao uso e ocupação do solo e à agricultura urbana. A revisão bibliográfica desse artigo permeia discussões sobre os limites do espaço urbano, a natureza da agricultura urbana e sua associação à percepção ambiental, a memória e a identidade, além de estudos gerais sobre legislação do direito urbano da agricultura, perspectiva do poder público em relação à área e aos impactos de implantação de parques urbanos em áreas ocupadas.

Foi realizado um levantamento de dados sobre a área, por meio de pesquisa de campo, configurada por delimitação de croquis (áreas agricultadas e parque urbano), observação e aplicação de entrevistas com os moradores agricultores e com o Poder Público Municipal, levantamento da evolução histórica da prática da agricultura urbana, bem como os procedimentos, administração, utilização do espaço e propostas existentes para a área. Também foram utilizados dados dos Censos Demográficos de 2000 a 2010, disponíveis para a cidade de São José dos Campos.

É importante ressaltar que o objetivo principal dessa metodologia é apresentar os benefícios da implantação de um parque urbano que inclua as práticas de agricultura urbana, promovendo o uso compartilhado do espaço em questão, com uma proposta de gerenciamento participativa.

2. Discussões sobre o espaço urbano e agricultura urbana

De acordo com Corrêa, o espaço urbano é fragmentado e articulado e as relações que se dão em seus fragmentos, estão de alguma forma, ligadas aos demais recortes. Ele explica que “cada uma das partes mantém relações com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (Corrêa, 1989, p. 7). Assim, entende-se que por meio dos fluxos de mercadorias até os deslocamentos cotidianos, esses fragmentos se mantêm interligados.

Para Carlos “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta e diferenciada em função de determinações históricas específicas” (Carlos, 1992, p. 25).

Uma vez articulados, o espaço urbano se apropria do espaço rural, este segundo entendido classicamente a partir da definição de Marques como

“um meio específico de características mais naturais, do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos, nos

quais, a terra ou o “espaço natural”, aparece como um fator primordial, o que tem resultados muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local”. (Marques, 2002, p. 109)

Atualmente, esse espaço apresenta novas características, uma vez que o processo de globalização atingiu o campo, implicando em mudanças conceituais, com o rural sendo entendido como área sujeita a apropriação do capital e seu desenvolvimento, como afirma Carlos, ao mencionar que

“no campo o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantando o trabalho assalariado sem que as relações camponesas desaparecessem e sem que a totalidade do trabalho no campo e da vida fosse submetida integralmente a sujeição real do capital apesar do desenvolvimento da industrialização da agricultura e da expansão das culturas para exportação no seio da economia global”. (Carlos, 2004, p. 9)

Nesse artigo é adotada a definição de rural ligada à ideia de espaço de criação e recriação de formas sociais, a fim de abordar as relações sociais estabelecidas no meio rural, mesmo que estas ocorram em áreas urbanas ou periurbanas. De acordo com essa direção, fica evidenciada que a corrente de pensamento aqui tratada tange no sentido de entender que os meios rural e o urbano sejam complementares, uma vez que se articulam, como ressalta Manfio, ao afirmar que “o meio urbano e rural estão sempre se articulando, pois existem cada vez mais espaços rurais dentro das cidades, principalmente das de maior dimensão e população” (Manfio, 2009, p. 79).

Sendo assim, torna-se muito difícil a tarefa de segregar rural e urbano. Notório que campo e cidade tenham seus espaços muito mais bem delimitados do que os espaços rural e urbano uma vez que estes últimos tratam dos pressupostos humanos que se articulam. Assim, pode-se deduzir que, guardadas as devidas proporções, caso a caso, determinações existentes sobre o espaço rural possam também ser aplicadas ao meio urbano e vice versa, uma vez que essas determinações aplicam-se muito mais ao ser social do que ao espaço habitado.

Corrêa afirma que

“a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores, mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc.” (Corrêa, 1989, p. 9)

Logo, observa-se que as sociedades delegam valor aos objetos urbanos, as formas espaciais, ao espaço produzido, no entanto, como essas relações são estabelecidas ou criadas? Qual a importância de estabelecê-las? Elas ocorrem somente nas cidades, onde o espaço é mais humanamente produzido, ou podem se estabelecer no campo?

2.1. Agricultura urbana

Agricultura urbana é um conjunto interdisciplinar de atividades que inclui, por exemplo, a produção agrícola, o extrativismo e a pecuária, desenvolvidas nas áreas internas das cidades, ou mesmo nas zonas periurbanas, ou seja, no entorno das áreas estritamente urbanas. Essas atividades balizam-se pela participação da população urbana nas áreas de cultivo, sempre agregadas as práticas de conhecimento local.

Assim, a agricultura urbana apresenta uma nova ideia de paisagem verde urbana: ela é produtiva, recreativa e, esteticamente, diferente das noções de áreas verdes urbanas presentes no imaginário comum. Além dessa diferenciação a agricultura urbana promove a conservação e o desenvolvimento dos saberes locais. Sendo assim, a agricultura urbana está ligada de forma direta e intrínseca com os níveis de percepção ambiental e topofilia dos que se apropriam dela.

Essa nova paisagem verde urbana, que trata dos espaços produtivos do ponto de vista agrícola, normalmente está ligada a produtores – agentes do espaço – que tem algum sentimento simbólico com a prática do cultivo. Tuan afirma que “quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (Tuan, 1980, p.107). Desse modo, deve-se incluir em qualquer análise da percepção ambiental os laços afetivos dos indivíduos, não só com o espaço físico do lugar, mas com seus sentimentos e leituras simbólicas do espaço e das atividades desenvolvidas nesse espaço.

Para Tuan “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela” (Tuan, 1980, p.111), assim essa relação pode ser de amor ou de ódio, afinal é a partir da produção que essa terra desenvolver, que nascerá também a natureza do sentimento topofílico – o elo afetivo entre a pessoa e o lugar.

Na maioria dos casos, agricultores que ocupam lugar mais privilegiado de status social, garantem construções de laços afetivos com o lugar num viés muito mais positivo do que negativo, afinal, conforme Tuan “o sentimento topofílico entre os agricultores difere enormemente de acordo com seu status socioeconômico” (Tuan, 1980, p. 112).

Nesse sentido de complexidade topofílica com o lugar, verifica-se uma dependência íntima dos indivíduos, uma vez que se sentem parte do lugar. Sobre essa consideração Tuan explicita que “a topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança” (Tuan, 1980, p. 111), dessa forma, entende-se que familiaridade e afeição ajudam a determinar os valores do lugar, logo se os sentimentos são criados a partir das imagens e estas estão ligadas a realidade circundante do indivíduo, a memória tem papel fundamental nessa construção de percepção. Tuan afirma ainda que “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (Tuan, 1980, p. 112).

2.2. Memória, identidade e percepção ambiental

Se a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar, a memória passa a ter relevância significativa para compor os cenários da percepção e mesmo da identidade do indivíduo. Essa memória é constituída de elementos básicos como os acontecimentos, as pessoas as paisagens e os lugares.

O filósofo Michael Pollak afirma que os acontecimentos podem ocorrer individualmente ou em grupo, quando diz que “o que constitui a memória (pessoal ou coletiva) primeiramente, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer” (Pollak, 1992, p. 200), assim, entende-se que além dos acontecimentos pessoais determinarem as raízes da memória do indivíduo, aqueles que ocorrem em relação aos grupos que esse indivíduo sinte-se pertencente também promovem a constrói.

Pollak aborda ainda o papel dos lugares nessa construção conceitual ao dizer que “existem lugares na memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas que também pode não ter um apoio no tempo cronológico” (Pollak, 1992 p. 201) e que estes devem ser considerados elementos fundamentais ao entendimento e construção do conceito de memória.

Somados os três elementos principais da construção da memória pode-se entender que ela esteja ligada a outros fenômenos como o do pertencimento ou mesmo da herança. Pollak enfatiza que existe no campo da memória o conceito de transferência que dá conta de que “a memória pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento” (Pollak, 1992, p. 202). Desse modo, fica evidenciada uma relação dialética íntima entre a memória e a topofilia, uma vez que a primeira dá suporte ao desenvolvimento da segunda, que por sua vez se produz

através da primeira, ou seja, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 204). Essa identidade é um conceito construído a partir de elementos básicos que Pollak aborda ao afirmar que

“nessa construção de identidade há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentido da coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados”. (Pollak, 1992, p. 203).

Essa unificação é a base da construção da identidade, sendo que, caso haja descontinuidade nessa unificação, coloca-se em risco a integridade da identidade. Pollak diz que esse raciocínio é essencial, pois, para ele, “se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos” (Pollak, p.204), ou seja, a identidade que, normalmente, ocupa a ceara da psique pode se mostrar presente por meio de fenômenos fisiológicos.

Portanto, pode-se afirmar que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 204). Sendo a memória parte indissociável da identidade, ela também o é da percepção que promove os sentimentos de pertença, caros a construção desses conceitos, sejam eles individuais ou coletivos.

3. Agricultura urbana na cidade de São José dos Campos

Ocupando uma área total de 1.099,6 km², dos quais 353,9 km² são considerados pertencentes a área urbana e 745,7 km² a área rural, São José dos Campos, situada na região Sudeste do estado de São Paulo, é uma das principais cidades que compõem a Região Metropolitana no Vale do Paraíba (figura 1). Possui 52,36% de seu território designado como Área de Proteção Ambiental (PMSJC, 2012), no entanto é considerada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) comparável a cidades como Seattle, nos Estados Unidos e Toulouse, na França, referindo-se ao nível de projeção regional e internacional que possuem, graças a sua especialização produtiva fundeada no setor aeronáutico. São José dos Campos é um município altamente industrializado, entendido como um polo científico e tecnológico voltado ao setor aeroespacial (Souza, 2008).

Com, aproximadamente, 630.000 habitantes, de acordo com o Censo de 2010, possui uma distribuição desigual da população em parâmetros urbanos e rurais, sendo que 98% da população reside em áreas consideradas urbanas e apenas 2% dos domicílios situam-se nas áreas rurais. A distribuição da população na área urbana também ocorre de forma desigual, onde a região Sul figura com cerca de 40% do total populacional, a região Leste com menos de 25%, a região central com mais de 12%, a região Norte com aproximadamente 10%, a sudeste com cerca de 7% e a Oeste com cerca de 6% (IBGE, 2012).

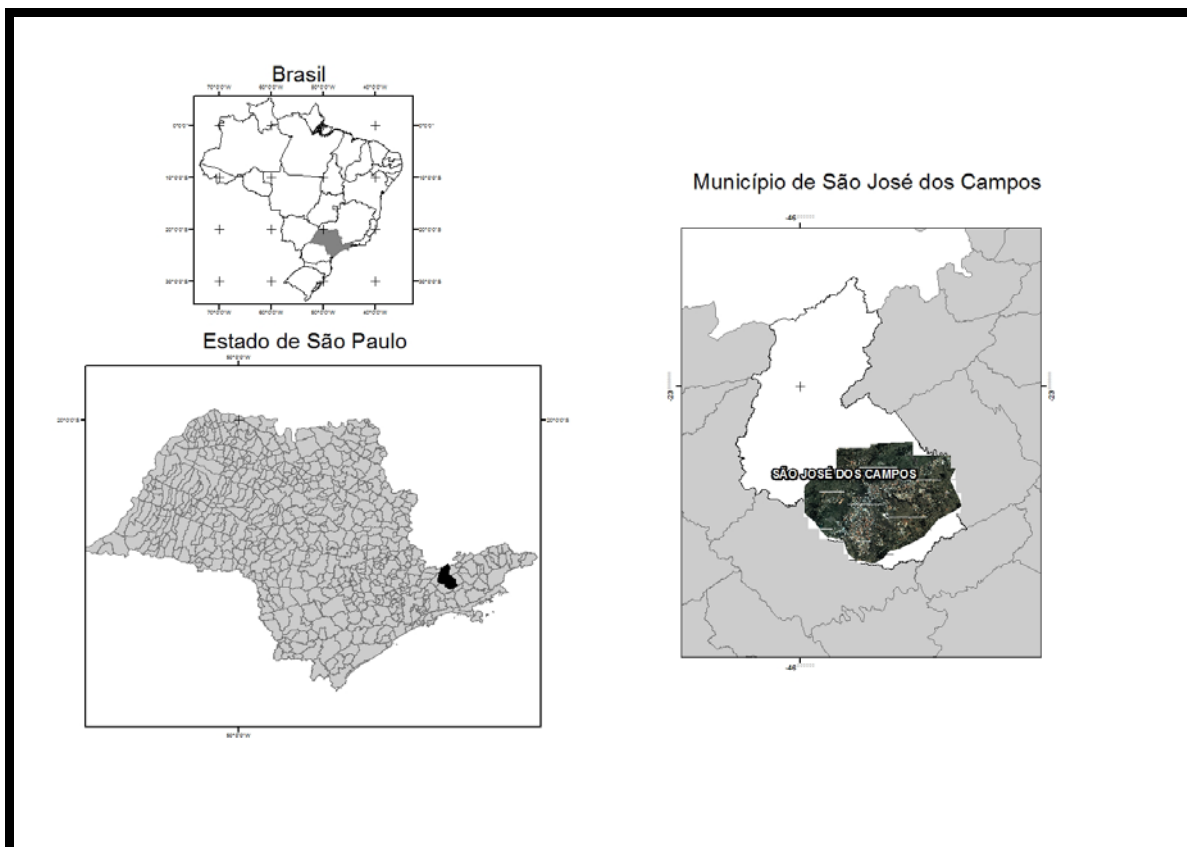


Figura 1: Localização do município de São José dos Campos, São Paulo.
Fonte: Autores (2012).

Do ponto de vista demográfico, a Zona Norte, onde se localiza a área de estudo, ocupa apenas a quarta posição no Município, apresentando cerca de 59.800 habitantes e uma média nunca superior a 4 e nem inferior a 2,8 habitantes por domicílio. De acordo com o Censo de 2010, Santana, e vilas adjacentes (17.686 habitantes), e o Jardim Altos de Santana e Telespark (15.725 habitantes), são os bairros com maior número de habitantes da região (IBGE, 2012).

De acordo com Oliveira (1999), essa população possui características muito distintas da realidade tecnológica e industrial da cidade. Em sua maioria, descendentes de imigrantes do estado de Minas Gerais, a população da região Norte ainda preserva algumas

características tradicionais das áreas rurais ou mesmo de pequenas cidades do interior do estado de Minas Gerais. Dentre essas características, o desenvolvimento da agricultura urbana chama atenção, principalmente no bairro Jardim Altos de Santana, onde moradores conservam características tradicionais do campesinato, desenvolvendo hortas urbanas na Área de Proteção Permanente dos rios Jaguari e Paraíba do Sul (figura 2).

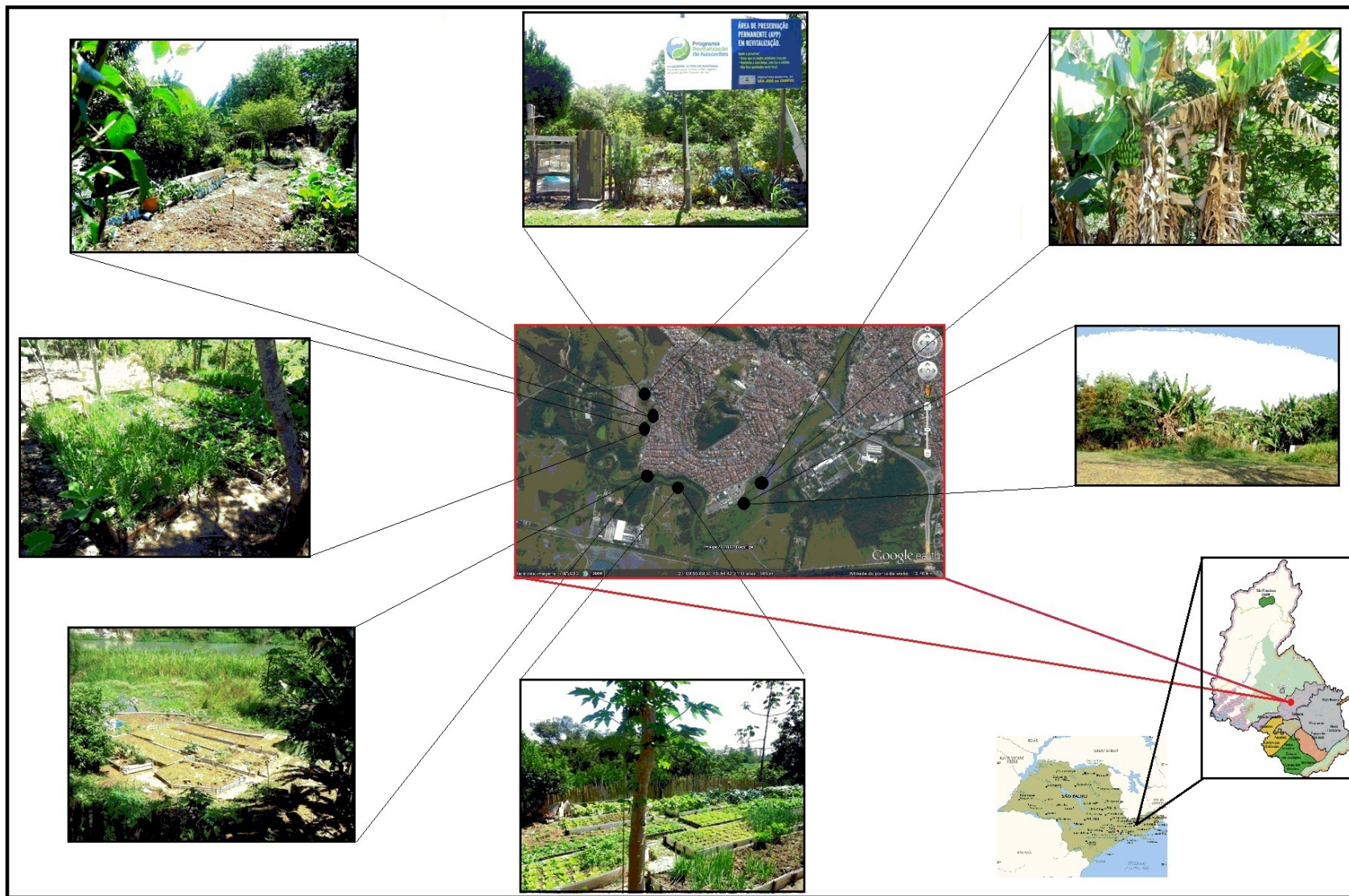


Figura 2: Agricultura urbana no bairro Jardim Altos de Santana, São José dos Campos, SP.
Fonte: Autores (2012).

Esses moradores demonstram sentimentos topofílicos e de pertencimento para com a área e a prática da agricultura urbana. Essa relação fica clara ao se analisar o discurso de moradores como O Sr. João Batista, no bairro desde a sua fundação, no início do anos 1980. Quando questionado sobre seus sentimentos sobre a área, apresentou a seguinte opinião:

“Eu sou chegado por causa disso aqui. (...) Ó lá o pé de amora que eu plantei. Vamos entrar ali. Eu vou mostrar uma árvore pra você. O meu filho ganhou uma árvore lá na Embraer e eu trouxe de lá, num dia que estava chovendo e pus aqui. Eu acredito que essa madeira quase não tenha aqui... ele ganhou ela lá... mas desse tamanico (*sic*), assim ó... eu cheguei e pus aqui... cheguei trazer esterco de lá pra por aqui... no fim eu torci pra essa árvore sair, rapaz, porque eu ganhei mais árvores, mas essa ele trouxe da Embraer” (depoimento fornecido em 09/11/2011).

Além de sua relação com a área denotar sentimentos topofílicos, o Sr. João ainda estabelece outras relações, ligadas aos seus laços familiares, ao dizer que ganhou muitas árvores para plantar, mas que tinha uma expectativa muito grande sobre uma muda, em especial, uma vez que quem a doou foi seu próprio filho, após ganhá-la na empresa Embraer, seu local de trabalho.

O Sr João não é o único a apresentar esse tipo de sentimento para com o local onde desenvolve a agricultura. O Sr. Décio dos Santos, morador do bairro, há cerca de dez anos, diz que planta para o próprio consumo e que toda sua horta recebe adubação orgânica. Aposentado, hoje com sessenta anos de idade, afirma que é um bom passatempo ter contato com a terra e que gosta muito do local, pois sempre morou em chácaras ou sítios e aproveita a experiência com a agricultura para ter uma ocupação.

O Sr. Joaquim Ferreira, natural de Brasópolis, MG, reside em São José dos Campos desde os vinte anos de idade e está no bairro, Jd. Altos de Santana, desde 1985. Atualmente, com setenta e cinco anos, o Sr. Joaquim explica que cultiva a área, desde 1987, e que gosta muito do lugar, pois ali ele se sente à vontade. Ele diz:

“Eu gosto, eu fico a vontade, distrai, né? (...) planta, vai carpi (*sic*), levanta cedo. Tem dia que eu venho pra cá as seis horas. (...) tendo, a gente vai plantando. Eu mexo aqui mais pra distrair né, porque na idade que eu to né?” (depoimento fornecido em 26/10/2012).

O Sr. José Batista fala um pouco sobre as hortas e os cuidados que elas recebem dos moradores agricultores. Ele afirma que

“tem várias pessoas que plantam ali. Cada um cuida da hortinha deles. (...) A turma respeita as árvores. (...) Quando eu vim, eu cheguei, logo já fizeram a cerca... mas a turma jogava lixo ali, porque

a turma reclama que de primeiro (*sic*) era tudo sujo e bagunçado. Mas agora não, porque nós, além de plantar nós cata lixo (*sic*), sacolinha essas coisas... mas além de plantar a gente ajuda a limpar” (depoimento fornecido em 08/11/2011).

Mesmo que de forma sucinta, entende-se que esses depoimentos evidenciam os sentimentos dos moradores para com a área. Nota-se, em seus relatos, que a relação dos agricultores com a terra tem raízes muito além do território em sí, uma vez que a maioria deles já agricultava em outras localidades, antes mesmo de chegarem ao bairro. São sentimento que nos remetem às discussões de Tuan, que afirma que “o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes” (Tuan, 1980, p. 107), evidenciando a existência de fenômenos topofílicos na área.

Uma contabilização preliminar demonstrou que há pelo menos 40 agricultores diferentes plantando em todo o bairro. Alguns, mais antigos, afirmam possuir um documento expedido pela Prefeitura Municipal que os autoriza a utilizar a área para o plantio, desde que não sejam utilizadas para fins de construção de moradias. O Sr. Joaquim explica um pouco sobre essa documentação:

“Quando eles liberaram pra nós plantar (*sic*), foi a Prefeitura que liberou aqui, eu tenho papel, eu tenho tudo que tá em casa... aí falaram, não... pode plantar, só pra plantar e quando a gente precisar a gente tira, aí eu falei, tá bom, ué não é nossa a área, o terreno não é da gente” (depoimento fornecido em 26/10/2012).

O Sr. Moacir, hoje com quarenta anos de idade, relata que ainda aos quinze, seu pai também obteve esse documento da Prefeitura, que o permitia utilizar a área para plantio. Disse ainda que todos os moradores que utilizavam a área na época receberam o tal documento, que está em seu poder, para o caso de precisar comprovar o uso legal da área. Sendo assim, esse documento que foi expedido a mais de vinte anos, evidencia que a Prefeitura da cidade tem conhecimento sobre as atividades agrícolas que ocorrem no bairro, ou pelo menos deveria ter. Assim, esperava-se que a administração municipal devesse incentivar a prática agrícola no bairro, pois reconhecendo sua existência e autorizando a prática, denota uma valorização das identidades criadas e reforçadas na área em questão. Ao contrário, a Prefeitura tem demonstrado interesses diferentes para a área e isso fica evidente se analisado o Plano Diretor da cidade que data do ano de 2006. De acordo com o Plano, na seção denominada Mapas de Parques Urbanos, na mesma área onde ocorre a agricultura urbana, está prevista uma intervenção para criação do Parque da Orla do Rio Paraíba do Sul

(Figura 3). Contudo, para que esse parque seja instalado de fato, deverá ocorrer a retirada das hortas urbanas cuidadas pelos moradores agricultores.

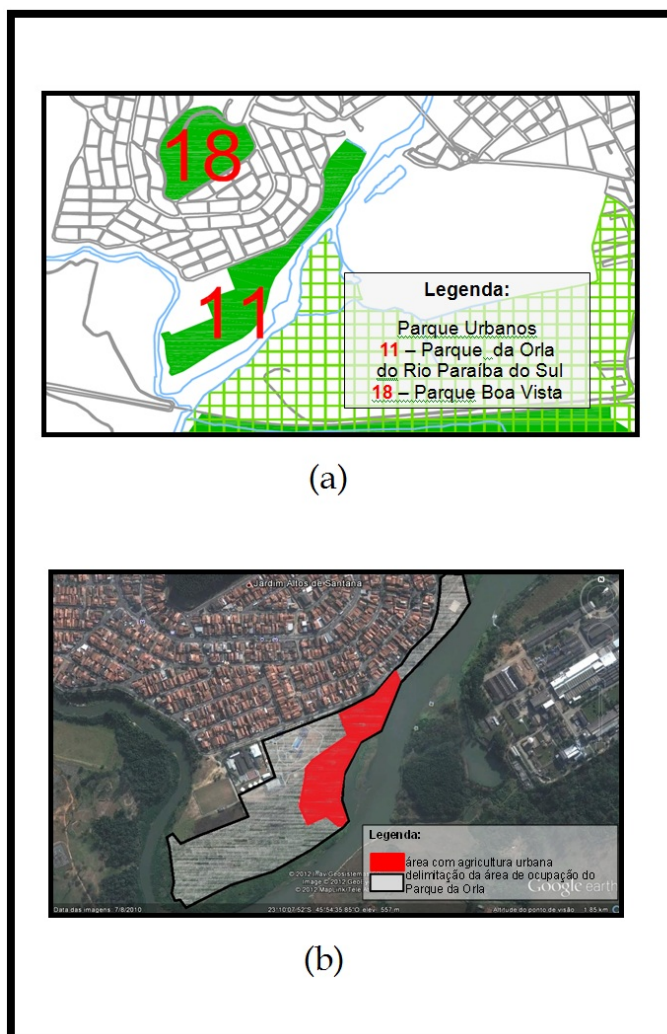


Figura 3: Área de estudo, ressaltando: **(a)** Áreas de implantações futuras de Parques Urbanos em São José dos Campos – recorte para o bairro Jardim Altos de Santana; **(b)** Jd. Altos de Santana – destaque para área com desenvolvimento de agricultura urbana e delimitação do Parque da Orla.

Fonte: Plano Diretor do Município de São José dos Campos (2006) e Google Earth©, 07/08/2010. Acesso em 25/03/2012.

Assim, ocorre uma situação complementar: ao promover a retirada das hortas urbanas existentes no local, são ignoradas as práticas de agricultura urbana que reafirmam as características dos moradores agricultores do entorno, ocorrendo assim, a desvalorização de suas identidades, perdendo sua representação social.

Essa conjuntura vai contra as afirmações de Pollak, segundo o qual a identidade é o “sentido da imagem de si, para si e para os outros, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta ao outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação” (Pollak, 1992, p. 205).

Alguns representantes da Administração Municipal foram consultados sobre o caso e em sua maioria apresentaram opiniões controversas sobre o uso da área e as relações com os agricultores moradores.

O vereador João das Mercês Almeida, fala sobre o caso em entrevista fornecida em 21/09/2011, onde cita que não haverá retirada das hortas para implantação do Parque da Orla, alegando ainda que a população já tem conhecimento da implantação. Porém, afirma também que não ocorreu audiência pública porque entende que a construção do Parque da Orla representa a vontade de todos. Em suas palavras:

“Não, audiência pública não. Foi feito o projeto do Prefeito Eduardo Cury e a Secretaria do Meio Ambiente. (...) Mas é de consenso de todos, porque tudo que for bom pra natureza é bom pro ser humano”.

Contudo, todos os moradores entrevistados afirmaram que nunca foram consultados sobre a implantação do parque e que jamais ocorreu sequer uma reunião para tratar do assunto. Em seu depoimento, fornecido em 19/10/2012, o Sr. Décio dos Santos diz que como a área é pública quem deve gerenciá-la são os moradores. Ele afirma ainda que caso a Prefeitura queira intervir na área ela deve enviar seus representantes e fazer uma reunião com os agricultores.

Em entrevista fornecida em 21/09/2011 o vereador Miranda UEB fala sobre a possível retirada das hortas para implantação do Parque da Orla. Ele cita que

“as plantação já existentes vai ficar (*sic*), desde que elas sejam compatíveis com o que o parque está se propondo, né? Por que, as vezes tem plantas que não precisam, elas não fazem muito bem pra natureza... tem umas plantas que fazem mal pro beija-flor sabe?”.

Miranda fala ainda sobre a necessidade de se discutir com a população do bairro toda e qualquer alteração que venha a ocorrer, dizendo que acha importante que haja esse diálogo com os munícipes, mas admite que ainda não ocorreu nenhuma audiência pública, ou mesmo reunião com os moradores para tratar do assunto.

As falas dos vereadores são, no mínimo contraditórias, pois apontam sempre para a necessidade de dialogar com a população, entretanto, nenhuma ação demonstra essa ocorrência. Em suas falas, a Secretaria do Meio Ambiente é citada como órgão provedor dessas discussões e alertas aos moradores, porém o Sr. André Miragaia, Secretário Municipal do Meio Ambiente, apresenta um discurso com teor semelhante ao dos vereadores quando o assunto é a retirada das hortas ou os diálogos com a população. Em entrevista fornecida em 21/09/2011, ele evidencia que a prática da agricultura deve ocorrer num local que ele

denomina como “apropriado”, não devendo ocorrer onde, de fato ocorre. Em suas palavras ele assume que

“as únicas árvores que a gente retira aqui em São José são árvores exóticas. (...) as hortaliças não, hortaliças é uma outra situação, hortaliça você normalmente tem hortas, você tem locais apropriados onde a gente planta”.

Sobre as audiências públicas o secretário demonstra uma visão um tanto quanto equivocada sobre os impactos socioambientais que a implantação do Parque da Orla pode trazer para o meio ambiente e para a população local envolvida:

“Na verdade, assim, audiências públicas normalmente a gente solicita quando você tem algum impacto ambiental negativo previsto pra algum tipo de empreendimento, nesse caso o impacto ambiental é totalmente positivo, então não tem necessidade de se fazer audiência pública, o que a gente necessidade sim é de envolver o público”.

Analisando o material coletado, não foi possível verificar nenhuma ação pública de promoção de diálogo com participação popular para tratar das decisões que serão tomadas em relação ao uso da área, pelo contrário, promessas verbais de manutenção das áreas agricultadas são comuns nos discursos dos representantes públicos, porém quando analisada a documentação, os moradores agricultores, suas práticas e áreas utilizadas parecem invisíveis aos olhos do Poder Público.

Conclusão

Desde a fundação do bairro Jardim Altos de Santana ocorrem práticas de agricultura realizadas por moradores que apesar de habitar um bairro considerado urbano, conservam características campesinas. Eles alegam o direito de utilização das áreas agricultadas, pois a maioria deles possui documentação expedida pela Prefeitura para o desenvolvimento da atividade ou utilizam a área há mais de vinte anos.

O Poder Público e seus representantes pretendem um outro uso para a área agricultada, construindo um parque com equipamentos urbanos. Contudo, em nenhum momento consultaram os moradores do bairro sobre essa ação, o que demonstra que essa situação é invisível aos olhos do poder público.

Resta indagar se as promessas verbais de manutenção das áreas agricultadas serão mantidas, ou os moradores agricultores e suas práticas continuarão ocultas a percepção do Poder Público, que alega diálogo, mas documenta ações unilaterais que beneficiam apenas interesses pautados na propaganda política e disseminação de obras de “bem

comum”, ignorando a prática existente no local, esta última que confere identidade aos moradores do bairro.

Referências Bibliográficas

CARLOS, A. F. A. 1992. *A cidade*, São Paulo, Contexto.

_____. 2004. A questão da cidade e do campo: teorias e política. *Revista de Geografia da UFC*, [Em linha], 03. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/> [Consult. 20 julho 2011].

CORRÊA, R. L. 1989. *O Espaço Urbano*, São Paulo, Editora Ática.

IBGE 2010. *Censo Demográfico 2000-2010*. [Em linha]. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php [Consult. 04 fevereiro 2012].

_____. 2010. *Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00> [Consult. 04 fevereiro 2012]

_____. 2010. *Censo Demográfico 2010: São José dos Campos, São Paulo*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> [Consult. 11 setembro 2012]

MANFIO, V. 2010. *Relações e contradições do espaço urbano e rural: o caso do município de Nova Palma – RS*, Santa Maria, Ed. UFMS.

MARQUES, M. I. M. 2002. *O Conceito de espaço rural em questão*, Rio de Janeiro, Terra Livre.

POLLAK, M. 1992. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* 3, 5, 200-12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. 2010. *Caracterização da cidade*. [Em linha]. Disponível em:

http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php [Consult. 11 setembro 2012].

_____. 2011. *População da cidade de São José dos Campos*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/cidade/populacao.aspx> [Consult. 12 setembro 2012].

_____. 2011. *Região Norte da cidade de São José dos Campos*. [Em linha]. Disponível em: http://www.sjc.sp.gov.br/cidade/regiao_norte.aspx [Consult. 11 setembro 2012].

_____. 2000. *Histórico da cidade de São José dos Campos*. [Em linha]. Disponível em: www.sjc.sp.gov.br/cidade.aspx [Consult. 12 setembro 2012].

SANTANDREU, A. & LOVO, I. 2007. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. *Rede de intercâmbio de tecnologias alternativas*. [Em linha]. Disponível em: http://www.rede_mg.org.br/?iid=56 [Consult. 05 fevereiro 2012].

SANTOS, M. 1997. *Espaço e Método*, São Paulo, Nobel.

SOUZA, M. A. 2000. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In: SOUZA, M. A. et al. (orgs.). *Metrópole e globalização*, São Paulo, CEDESP.

TOPALOV, C. 1996. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. Q. & PECHMAN, R. M.. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TUAN, Y. 1980. *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel.

VAINER, C. B. 2003. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 105, 25-31.

WANDERLEY, M. N. B. 2003. Agricultura familiar: rupturas e continuidade. *Estudos sociedade e agricultura*, 1, 42-61.